

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**LUZIA CORDEIRO MARIANO**

**AS CONDICIONALIDADES DA FREQUÊNCIA ESCOLAR DO PROGRAMA  
BOLSA FAMÍLIA NA VILA GUARUJÁ/ CAMPO MOURÃO/PR**

**CURITIBA**

**2016**

**LUZIA CORDEIRO MARIANO**

**AS CONDICIONALIDADES DA FREQUÊNCIA ESCOLAR DO PROGRAMA  
BOLSA FAMÍLIA NA VILA GUARUJÁ/ CAMPO MOURÃO/PR**

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador (a): Prof.(a). Dr.(a) Diana Abreu.

**CURITIBA**

**2016**

## **As Condicionalidades da frequência escolar do Programa Bolsa Família na Vila Guarujá/ Campo Mourão/PR**

**Cursista: Luzia Cordeiro Mariano**  
**Orientação: Prof. Dr. Diana Cristina de Abreu**

### **RESUMO**

O referido artigo trata de um estudo de caso realizado na Comunidade Vila Guarujá, localizada no Município de Campo Mourão, estado do Paraná. Através de uma perspectiva crítica, foi realizado um estudo, por amostragem, no campo dos direitos sociais básicos (saúde, educação e assistência social), problemáticas abordadas no âmbito da Especialização, em Educação Pobreza e Desigualdade social da Universidade Federal do Paraná. A pesquisa teve como objetivo geral analisar a condicionalidade da frequência escolar no Programa Bolsa Família instituído pelo Governo Federal através da Lei 10.836/2004. No escopo deste trabalho buscou-se apresentar os dados quantitativos com base nos dados do Programa Presença disponibilizado pela Secretaria Municipal de Educação. Para o trabalho também utilizamos uma abordagem qualitativa para analisar os resultados da evasão escolar e a inclusão social através do programa sob a ótica dessa localidade. Na abordagem teórica, no primeiro momento foram tratados alguns conceitos como políticas públicas e suas definições segundo REIS (2010) e MARSHALL (1967). Em seguida, abre-se uma discussão sobre a eficiência do programa no que tange a frequência escolar a partir das pesquisas de André Pires (2013), Walquiria Domingues Leão Rego e Alessandro Pinzani (2013). E por fim, será apresentado os resultados de nossas pesquisas, com base nos dados do programa presença, na pesquisa foi realizado questionário as com famílias da Vila Guarujá que buscou estabelecer um cotejamento entre o perfil dos moradores e as questões da condicionalidade da frequência escolar para os beneficiários do Bolsa Família. Após análise dos dados, entende-se que o programa bolsa família e a condicionalidade da frequência escolar, foi importante para redução da evasão escolar no município de Campo Mourão. Contudo, a questão do trabalho infantil, a erradicação da pobreza e a inserção do jovem no mercado de trabalho é algo que ainda não se efetivou, conforme a pesquisa realizada no bairro Vila Guarujá. Dada a dimensão deste trabalho de pesquisa consideramos que estes elementos precisam de maior investigação, e se apresentam como possibilidades investigativas futuras.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas. Bolsa Família. Frequência Escolar. Condicionalidade.

## 1 INTRODUÇÃO

Neste Projeto de pesquisa, voltamos nossas análises à comunidade de Vila Guarujá, localizada no Município de Campo Mourão. Numa perspectiva crítica, apresentaremos amostragens no campo dos direitos sociais básicos (saúde, educação e assistência social), neste sentido buscaremos compreender como se efetiva a garantia de direitos, através das Condicionalidades do Programa Bolsa Família.

A Vila Guarujá, bairro do perímetro urbano da cidade de Campo Mourão/PR surgiu na década de 1970, quando uma grande parcela da população migrou das áreas rurais para a zona urbana, impulsionadas pelo êxodo rural. A população que deu início à sua ocupação se fixou nesta área por não possuir condições financeiras para adquirir um terreno em outras áreas da cidade providas de infraestrutura urbana.

Os moradores predominantes desse espaço foram atraídos pelo tamanho do terreno, que apresentava características rurais e lotes maiores comparadas à outras regiões da cidade. Tal instalação dos moradores, aconteceu em terrenos sem regularização, através de posses, ocupações, compras de terceiros, transformando-se posteriormente num bairro carente em todos os sentidos, principalmente no que se refere a efetividade das políticas públicas.

A Vila possui atualmente cerca de 260 edificações, dos quais 211 são casas de família (muito precárias), e conta com uma população total de 769 pessoas. O local onde está instalada a escola é um de antigo lixão e que foi ocupado pelas famílias que ali residem, e, ainda se encontra em processo de legalização. Lugar de muitas famílias que viviam em extrema pobreza, e ainda hoje vivem nessa situação.

Por ser um bairro afastado da cidade, e de pouquíssimos recursos de infraestrutura, há poucas atividades de lazer, educação e cultura no local.

Em visita a comunidade da Vila Guarujá pode-se observar traços de extrema pobreza e miséria naquela comunidade, e percebemos a necessidade e a dificuldade de um povo que vive a mercê de uma sociedade que invisibiliza suas necessidades enquanto grupos humanos. Contudo, observamos que este grupo ainda luta e acredita em dias melhores para a sua sobrevivência.

Decidimos escolher esse tema, pela relação da pesquisadora, uma vez que está diretamente a realidade dessas famílias devido ao meu trabalho. Ao longo

desses anos pude observar as dificuldades das famílias em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade social naquele local, e sempre me preocupei com a qualidade de vida e bem estar social daquelas pessoas.

O trabalho ao qual nos referimos é desenvolvido no âmbito, Secretaria Municipal da Educação como Coordenadora Municipal do Programa Bolsa Família; Projeto Presença<sup>1</sup>, e Chefe da Divisão de Assistência ao Educando, aonde me possibilitou ter uma proximidade maior com a comunidade.

Sensibilizei-me com essas famílias por presenciar *In loco* a realidade a qual eles vivem principalmente as crianças. Sendo assim, adquiri um sentimento de afeto e carinho com aquelas pessoas.

Durante a trajetória de estudo e pesquisa do curso, procurei estar realizando uma investigação mais aprofundada dos problemas sociais, através das visitas realizadas às famílias residentes no bairro Vila Guarujá, em Campo Mourão. O arcabouço teórico para tais reflexões foi adquirido nos módulos apresentados no Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social ofertado pela Universidade Federal do Paraná.

## POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA REFLECÇÃO SOBRE O CONTEXTO DA VILA GUARUJÁ.

O que se entende por cidadania? O que entendemos por uma sociedade democrática? Faz-se necessário responder essas duas perguntas com uma única resposta que, necessariamente, se entrelaçam. A ideia de cidadania e democracia estarem articuladas veem ao longo da história, assim, o pensamento político se depara na tentativa de evidenciar seus vários sentidos assim como as suas dimensões como os tipos de políticas que foram se desenvolvendo e se aperfeiçoando ao longo de um processo de construção sistematizador. No qual aqui, em específico, será apontado à política pública de programas transferência condicionada (Programa Bolsa Família) e a sua aplicabilidade no contexto social na Vila Guarujá em Campo Mourão – PR.

---

<sup>1</sup> Projeto Presença é o Sistema Eletrônico do MEC (Ministério da Educação) o qual acompanha, registra e controla a frequência escolar de todos os alunos beneficiários do Programa Bolsa Família da rede pública e privada de todo o País.

Se temos em mente a observação de Bobbio (1986, p. 957), seguindo Max Weber, de que é impossível definir a política por seus fins, pois provavelmente não há fim que algum grupo político não se tenha disposto a perseguir em algum momento da história, então podemos ter uma noção da abrangência vertiginosa que poderá ser abarcada por nosso conceito: pode-se ter política pública, em princípio, para qualquer assunto de que queira se ocupar publicamente uma autoridade governamental. (REIS, 2010, p. 01).

As lutas pela garantia de direitos sociais são históricas, estão articuladas aos processos de resistências de homens e mulheres para afirmarem sua liberdade e autonomia. Entretanto, no caso brasileiro, considerando, por exemplo, o que está definido na Constituição de 1988 percebeu que os cidadãos, ainda permanecem sem direitos básicos.

Fica claro que, as pessoas mais pobres e, portanto desiguais socialmente e no plano do direito, sofrem mais consequências das diferenças sociais, das divisões de classes e do desamparo das autoridades competentes a atendê-las.

Constata-se que cidadãos que são e foram excluídos do acesso ao bem estar, à cultura e à educação tiveram seus direitos prejudicados, na maioria das vezes, de forma irreparável, sua liberdade, em sentido profundo, que engloba capacidade de escolha e decisão sobre sua vida, foi gravemente ferida. Dessa forma, instalam-se as injustiças sociais, econômica, política e jurídica; e se erigem modos de intervenção das instituições e de seus agentes públicos, fundados na crueldade e na indiferença em relação ao sofrimento dos fracos e pobres. “Naturalizam-se”, por assim dizer, os preconceitos e a formação de estereótipos contra eles. Com isso a humilhação institucional infligida aos cidadãos, por intermédio dos agentes públicos, afigura-se como normal.

*A Teoria das Gerações de Direitos, de T. H. Marshall* elaborada na década de 1960, a partir da análise da experiência histórica inglesa, ajuda-nos a entender a composição do conceito de cidadania e seus pontos de disputa – os direitos civis, políticos e sociais. Vejamos o que ele disse, ao dividir a cidadania em três partes.

Elementos

da

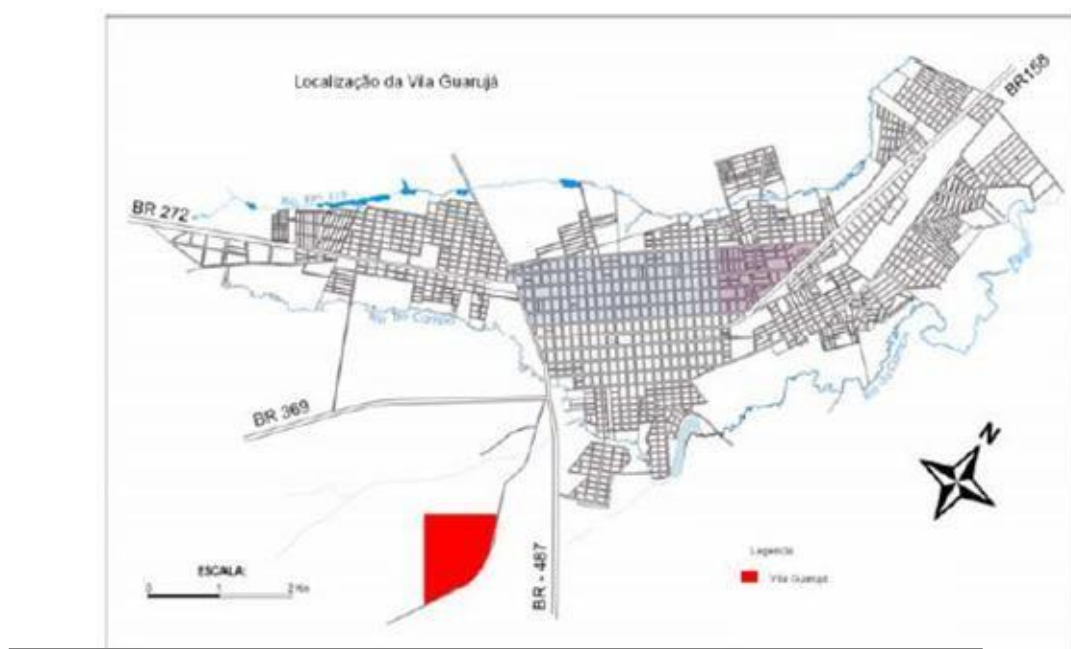
Cidadania:

Composto pelos direitos necessários à liberdade individual – liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade e de fazer contratos e o direito à justiça. Este último difere dos outros porque é

o direito de defender e afirmar todos os direitos em termos de igualdade com os outros e pelo devido encaminhamento processual. Isso nos mostra que as instituições mais intimamente associadas aos direitos civis são os tribunais de justiça. O direito de participar no exercício do poder político, como um membro de um organismo investido da autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo. As instituições correspondentes são o parlamento e os conselhos do Governo local. Refere-se a tudo o que vai desde direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade. As instituições mais intimamente ligadas a ele são o sistema educacional e os serviços sociais. (MARSHALL, 1967, p. 63-64).

Diante dessas discussões, podemos fazer um paralelo com a realidade das comunidades pobres do Brasil, em especial, a que concentramos nossas pesquisas: a Vila Guarujá em Campo Mourão - PR.

A Vila Guarujá está situada a 2,5 km do centro da cidade de Campo Mourão. É considerada, em termos legais, como área agro-urbana de interesse social. Local de difícil acesso, sem pavimentação asfáltica e com poucos horários de transporte coletivo, é entendida pela sociedade local como uma favela, muito precária em termos ambientais. A figura abaixo mostra a localização da Vila Guarujá no Sítio Urbano de Campo Mourão.



FONTE: CAMPO MOURÃO, 2014.

A Vila Guarujá possui somente dois estabelecimentos de Ensino, um destinado à Educação Fundamental e outro destinado a Educação Infantil, em prejuízo ao Ensino Médio. De fato, em se tratando de pessoas com poucos recursos, o ensino que é negado no local de residência, acaba renegado à segundo plano, uma vez que muitos estudantes moradores da Vila Guarujá têm que se deslocar à área central.

A Creche Criança Feliz está localizada na Rua 6 (seis), e atende cerca de 75 crianças do maternal ao jardim III, em período integral.

Os resíduos recicláveis são separados após a coleta feita pelos moradores na região, nos bairros e no centro da cidade. Posteriormente são vendidos, e o que sobra é transportada pela prestadora de serviços para limpeza pública da prefeitura.

As moradias são, em sua maioria, construídas em madeira, muitas delas com material reutilizado, em condições precárias.

A região de Vila Guarujá recebe água tratada da Companhia de Saneamento do Estado (Sanepar). Apesar de receber água tratada, o esgoto não é coletado para tratamento. A Vila Também recebe os serviços da COPEL - Companhia Paranaense de Energia Elétrica. Contudo, parte dos moradores não tem condições de pagar por estes serviços e precisa recorrer a programas efetuados pelo governo.



Os moradores contam exclusivamente com dois aparelhos de telefonia pública, para uma população de 769 pessoas. Os aparelhos estão danificados, e são alvos constantes do vandalismo.

A Vila Guarujá de Campo Mourão possui 259 edificações englobando tanto instalações comerciais como residenciais.

Diante das limitações do Bairro, a Escola Municipal Castro Alves, vem realizando um trabalho de inclusão social, cultural e educacional naquela comunidade. Através dos programas: Escola Aberta<sup>2</sup> e Mais Educação<sup>3</sup>, os alunos beneficiários tem tido oportunidade de participar de atividades esportivas, artísticas, sociais, culturais e cursos preparatórios para o ingresso no mercado de trabalho.

O rendimento escolar tem melhorado desde a implantação desses programas e uma das principais diferenças e com relação ao comportamento dos alunos em suas vivências, como mostra a evolução do IDEB<sup>4</sup> (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) nos últimos 10 anos:

**Tabela 01 – Dados IDEB.**

### **Ensino Fundamental Regular - Anos Iniciais**

Taxa de Aprovação, Prova Brasil, IDEB e Projeções por Município e Rede						
2005, 2007, 2009, 2011, 2013 e 2015						

<sup>2</sup>O Programa Escola Aberta incentiva e apoia a abertura, nos finais de semana, de unidades escolares públicas localizadas em territórios de vulnerabilidade social. A estratégia potencializa a parceria entre escola e comunidade ao ocupar criativamente o espaço escolar aos sábados e/ou domingos com atividades educativas, culturais, esportivas, de formação inicial para o trabalho e geração de renda oferecida aos estudantes e à população do entorno. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/par/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/16739-programa-escola-aberta>> Acesso em: 19/10/2016 as 10:25.

<sup>3</sup>O Programa Mais Educação, instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral.

As escolas das redes públicas de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal fazem a adesão ao Programa e, de acordo com o projeto educativo em curso, optam por desenvolver atividades nos macrocampos de acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao>> Acesso em: 19/10/2016 as 10:35.

<sup>4</sup>O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado pelo Inep em 2007 e representa a iniciativa pioneira de reunir em um só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Ele agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do Inep a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Saeb – para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil – para os municípios. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/o-que-e-o-ideb>> Acesso em: 19/10/2016 as 13:54.

Sigla da UF	Código do Município	Nome do Município	Rede	IDEB 2005 (N x P)	IDEB 2007 (N x P)	IDEB 2009 (N x P)	IDEB 2011 (N x P)	IDEB 2013 (N x P)	IDEB 2015 (N x P)
PR	4104253	Campo Ma	Pública	4,0	4,4	4,9	5,1	5,3	5,6
PR	4104303	Campo Mo	Municipal	4,2	4,5	5,2	-	6,0	5,9

FONTE: <http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/planilhas-para-download>

E esse rendimento, pode estar atrelado a condicionalidade do Programa Bolsa Família no que se refere à frequência escolar. Através do Sistema Presença, temos acompanhado e verificado uma melhora e a diminuição da evasão escolar nesta escola e percebemos que as Condicionais: da Frequência escolar, Avaliação Nutricional, Inclusão em projetos de Fortalecimento de Vínculos e Cursos Profissionalizantes, tem colaborado cada vez mais para o alcance desse objetivo.

Sendo assim, focamos as nossas pesquisas na Condicionalidade do PBF de Frequência Escolar, a fim de, demonstrar os resultados atingidos com relação à Evasão Escolar e a Inclusão Social através do Programa Bolsa Família.

## **PROGRAMA SOCIAL POR CONDICIONALIDADE: BOLSA FAMÍLIA.**

O Programa Bolsa Família foi criado pelo Governo Federal em 2004 pela Lei 10.836 em 09 de janeiro, com a finalidade de unificação dos programas de transferência de renda às famílias em extrema pobreza por condicionalidades:

Art. 1º Fica criado, no âmbito da Presidência da República, o Programa Bolsa Família, destinado às ações de transferência de renda com condicionalidades. Parágrafo único. O Programa de que trata o caput tem por finalidade a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal, especialmente as do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação - Bolsa Escola, instituído pela Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001, do Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA, criado pela Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003, do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde - Bolsa Alimentação, instituído pela Medida Provisória nº 2.206-1, de 6 de setembro de 2001, do Programa Auxílio-Gás, instituído pelo Decreto nº 4.102, de 24 de janeiro de 2002, e do Cadastro Único do Governo Federal, instituído pelo Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001. Art. 2º Constituem benefícios financeiros do Programa, observado o

disposto em regulamento: I - o benefício básico, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de extrema pobreza; (BRASIL, 2004)

Por tanto, o Programa Bolsa Família foi criado com a finalidade de atender as famílias pobres unificando os outros programas de transferência de renda que já existiam, e mantinham certas condicionalidades. E uma dessas condicionalidades é a Frequência Escolar conforme está explícita na Lei desde sua criação:

(...) Parágrafo único. O acompanhamento da frequência escolar relacionada ao benefício previsto no inciso III do caput do art. 2º desta Lei considerará 75% (setenta e cinco por cento) de frequência, em conformidade com o previsto no inciso VI do caput do art. 24 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.(...)

Art. 3º A concessão dos benefícios dependerá do cumprimento, no que couber de condicionalidades relativas ao exame pré-natal, ao acompanhamento nutricional, ao acompanhamento de saúde, à frequência escolar de 85% (oitenta e cinco por cento) em estabelecimento de ensino regular, sem prejuízo de outras previstas em regulamento. (BRASIL, 2004)

Em uma pesquisa realizada pelo Professor Dr. André Pires<sup>5</sup> intitulado como: “Afim, para que servem as condicionalidades em educação do Programa Bolsa Família?”. Pires coloca em questão as aplicabilidades das condicionalidades do PBF não só como forma de troca entre o Beneficiário e o Estado, e sim em um contexto mais amplo, a fim de, procurar compreender qual objetivo pretende alcançar a longo prazo, e qual é o reflexo da proposta na sociedade.

Em relação à educação, a exigência de frequência escolar mínima, para crianças e jovens de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família, foi estabelecida com intuito de romper o chamado ciclo intergeracional da pobreza. 2 Neste entendimento, o incremento da frequência escolar de crianças e jovens de famílias pobres promover melhores condições para que essas pessoas ingressem no mercado de trabalho, quando adultas, aumentando a renda e, conseqüentemente, fazendo com que saiam da

---

<sup>5</sup>Doutor em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Professor do Programa de Pós Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas).E-mail: anpires@puc-campinas.edu.br

condição de pobreza em relação à geração de seus pais. Associado a isso, a exigência de frequência escolar para crianças e jovens também foi estabelecida com o intuito de contribuir para o enfrentamento do trabalho infantil no Brasil. (PIRES, p. 514, 2013).

Nesta parte introdutória, Pires esclarece que quando o programa foi criado havia uma expectativa de que o PBF deveria contribuir para a redução do trabalho infantil, melhoria na geração de renda e inclusão de jovens no mercado de trabalho. E que a Condicionalidade da Frequência Escolar auxiliariam no fortalecimento e cumprimento desses objetivos. Porém, conforme vai desenvolvendo suas pesquisas, a partir da avaliação de outros pesquisadores sobre o assunto, Pires conclui que a realidade é outra, bem distinta dos objetivos iniciais do programa.

A partir do Estudo de Pierre Bourdieu sobre o capital humano, citado por Pires em seu artigo, aponta que para Bourdieu, o ensino comum nas instituições públicas, por si só, não é o suficiente para desenvolver o capital humano. Uma vez que, se deve considerar como meio de inclusão na sociedade o capital cultural. Bourdieu considera a escola como instrumento preponderante para a manutenção da desigualdade social. No texto desse artigo, Pires aponta essa problemática da seguinte forma:

A partir de outro contexto, Pierre Bourdieu (Bourdieu, 2010) argumenta ser necessário romper com o entendimento de que a escola é um fator de mobilidade social. Na visão do sociólogo francês, a escola é um dos instrumentos mais eficazes para a conservação da desigualdade social, uma vez que legitima, pela atuação do Estado na elaboração dos currículos escolares, por exemplo, formas de reprodução social que sancionam a herança cultural como um dos fatores mais relevantes para o sucesso dos indivíduos. De fato, o sistema escolar, na visão de Bourdieu, trata como iguais os desiguais e assim contribui fortemente para a legitimação da reprodução social de forma excludente. (PIRES, p. 518, 2013 *apud* BOURDIEU 2010),

Nesse sentido, conforme os estudos a qual já realizamos a respeito da desigualdade social na comunidade da Vila Guarujá. Podemos observar que apesar das atividades de inclusão, emprego e cidadania realizados pela Escola Castro Alves, através dos programas sociais oferecidos, observamos que a formação desse capital humano ainda não é o suficiente para mudar a realidade daquelas

famílias, que inclusive ainda há crianças que trabalham com o os pais na principal atividade econômica do bairro, que é: a reciclagem do lixo. Ou seja, além da carga horária escolar, essas crianças ainda dividem o seu tempo trabalhando com os pais, a fim de ajudar a aumentar a renda familiar.

Outra situação colocada pelo autor e questão do trabalho infantil que, segundo os objetivos iniciais do PBF, a transferência de renda seria para diminuir esse quesito, porém, de acordo com as pesquisas de Pires, aponta o inverso:

Outra suposta serventia da exigência de frequência escolar para crianças e jovens participantes do PBF relaciona-se ao enfrentamento do trabalho infantil. Dados contidos no suplemento especial do Programa Bolsa Família da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2006, analisados por Célia Kerstenetzky e Alessandra Brito (KERSTENETZKY; BRITO 2011), indicam que a porcentagem de crianças entre 10 e 15 anos cobertas pelo programa e que exerceu algum trabalho na semana de referência da pesquisa é significativamente maior quando comparada com crianças da mesma idade não cobertas pelo benefício. Segundo a PNAD de 2006, 15,1% das crianças entre 10 e 15 anos cobertas pelo PBF trabalharam na semana de referência da pesquisa, ante 8,6% para o grupo de não beneficiários com a mesma idade. As autoras vêm com preocupação esses números, uma vez que indicam que o valor pago às famílias assistidas pelo PBF não está sendo suficiente para coibir o trabalho infantil, contrariando, portanto, uma das intenções do programa. (PIRES, p. 521, 2013).

De acordo com esse levantamento, realizado por (KERSTENETZKY; BRITO 2011), citado por Pires, podemos observar essa mesma situação na Vila Guarujá, pois há uma grande quantidade de crianças que trabalha coletando lixo reciclável para ajudar os pais, e em sua maioria, todos são beneficiários do PBF. E de acordo com outros trabalhos de pesquisa a qual já realizamos naquela comunidade, o que nos aponta sobre essa constante, seria com relação à complementação da renda familiar, pois, segundo essas famílias, o auxílio fornecido pelo Governo não é suficiente para suprir a necessidade da mão obra dos filhos.

Pires destaca uma parte do texto de (KERSTENETZKY; BRITO 2011) o qual coloca bem essa situação do trabalho infantil dos beneficiários do PBF, ser algo ainda evidente:

Este resultado parece contraditório, uma vez que as famílias que recebem uma transferência de renda condicionada à frequência escolar das crianças tenderiam a ter menor proporção de crianças trabalhando relativamente aos que não recebem tal benefício, visto que o não recebimento poderia aumentar a necessidade do trabalho dos filhos como complemento da renda familiar. Portanto, pode-se pensar na possibilidade de o programa Bolsa Família ainda não ter se constituído em um substituto da renda das crianças pertencentes a famílias mais pobre (...) o fato, porém, é que se as crianças seguem trabalhando é porque o valor dos benefícios não tem sido para um bom número de famílias, suficiente para deter o trabalho infantil. (PIRES, 2013, p. 521. *Apud* KERSTENETZKY; BRITO 2011, p. 28-29).

Esse fato coloca em discussão a questão da Condicionalidade da frequência escolar, uma vez que, só estar presente em sala de aula regularmente não garante a eficiência da erradicação do trabalho infantil. Ou seja, as crianças beneficiárias, devido ao valor da bolsa auxílio ser pouco, continuam exercendo atividade remunerada e muitas vezes com os pais ou não.

Outra questão que é colocado em discussão por Pires, está relacionado à qualidade do ensino ofertado. Por ser uma condicionalidade obrigatória do PBF, a frequência escolar deveria garantir a qualificação profissional dos beneficiários, pois segundo os objetivos iniciais do programa é que: exigindo a frequência escolar garantiria assim a qualificação profissional desse indivíduo desde a sua infância para quando atingir a idade produtiva estaria apto para o mercado de trabalho, diminuindo assim os índices de pobreza no país.

Sendo assim, Pires analisa como um fator preponderante para inserção do jovem no mercado de trabalho a relação da qualidade do ensino a qual ele recebe. Acredita-se que só a garantia de que a criança tenha acesso à escola não é eficaz para que o mesmo futuramente possa estar capacitado a fim de trabalhar e sair da linha da pobreza. Se o ensino ofertado não for eficiente e de qualidade, não há como esse jovem competir com a concorrência do mercado de trabalho. Pires destaca que para conseguir tirar as pessoas de situação de pobreza vai mais além do que apenas transferir renda condicionada como destaca em um trecho de seu texto:

A discussão sobre a efetividade da exigência de frequência escolar de crianças e jovens, em relação aos propósitos previstos no PBF, deve levar em conta também a qualidade dos serviços educacionais oferecidos no sistema de educação pública brasileiro. Como sugere Célia Kerstenetzky, “a efetividade das condicionalidades é, por sua vez, condicional à disponibilidade e à qualidade dos serviços providos. Uma rápida avaliação dos serviços básicos de educação e saúde no Brasil evidencia, contudo, quão crítica é sua provisão”. (PIRES, 2013, p. 522 *apud* KERSTENETZKY, 2009, p. 68).

Desta forma, entende-se de que a qualidade de ensino é um quesito fundamental na efetivação desse jovem no mercado de trabalho, a fim de que, ele(a) possa estar do mesmo nível de conhecimento dos demais concorrentes. Fazendo uma analogia desse estudo com a realidade das famílias da Vila Guarujá, observamos as semelhanças dos questionamentos levantados por Pires no cotidiano dessas famílias, e entendemos que as interferências do PBF na realidade delas, pouco mudou a sua história de vida. Ainda há uma quantia considerável de famílias em situação de pobreza, sendo essas beneficiárias do PBF, o que dá para se constatar que os objetivos iniciais do Programa, quando foram estipulados desde a sua criação, não está atingido, no âmbito dessa comunidade em específico o qual se concentra os nossos estudos.

## ANALISE DOS PROGRAMAS POR CONDICIONALIDADES EM OUTROS ESPAÇOS GEOGRAFICOS.

Os Programas de Transferência de Renda Condicionada, como no caso o Bolsa Família, apresenta uma eficiência relevante na visão do beneficiado. Como é o caso de um estudo realizado por Walquiria Domingues Leão Rego e Alessandro Pinzani, intitulada de: Liberdade, Dinheiro e Autonomia. O artigo relata as experiência vividas por mulheres beneficiária do Programa Bolsa Família moradoras de uma das regiões mais pobres do País: o Vale do Jequitinhonha e o agreste nordestino.

As mulheres entrevistadas relatam o qual difícil eram suas vidas antes do benefício. Essas famílias vivem em um Espaço geográfico totalmente esquecido pelo Estado, desprovidos de quais quer recursos mínimos de sobrevivência, lugar esse onde o único destino é esperar pela morte e, morte de fome.

A situação de abandono às coloca em um patamar de exclusão não só social, mas também de exclusão intelectual impedindo as mesmas de exigirem seus direitos básicos, como relata o Texto de REGO e PINZIANI:

A ausência de Estado na concessão e garantia de direitos conforma a situação de pessoas sem direito a terem direitos. Com isto, o Estado brasileiro decretou sua morte civil. Estas pessoas, portanto, foram emudecidas porque seu direito a voz pública não existe, uma vez que são desprovidas também de seus direitos civis básicos, e, por esta razão, não possuem condições e nem canais institucionais de expressão. (REGO e PINZIANI; 2013, p. 23).

Desta forma, o Bolsa Família veio como uma esperança na garantia de um destino diferente do que era esperado. Observa-se que, a necessidade de receber esse benefício não está ligada a condicionalidade da frequência escolar, mas a condicionalidade de garantia da vida.

O programa de transferência estatal de renda para mulheres pobres, o Programa Bolsa Família, se insere em uma ainda incipiente política pública de cidadania. O fato de ser ainda muito insuficiente como tal não nos permite ignorar suas possibilidades de se tornar uma consistente política de formação de cidadãos se complementadas por um conjunto mais amplo de políticas públicas que visem este alvo – a formação da cidadania democrática no Brasil. Neste sentido, começamos pela prerrogativa preliminar da cidadania, porque diz respeito ao direito preliminar, o direito à vida. Direito este elementar para qualquer esboço de vida democrática. O atual Programa Bolsa Família o garante. (REGO e PINZIANI; 2013, p. 26).

Ao analisar esse texto, percebe-se a diferencia do impacto resultante do PBF nas famílias de diferentes espaços geográficos.



Afim de que se possa contextualizar melhor essa questão de espaço geográfico, vamos verificar essa questão sob a óptica de Milton Santos, renomado geógrafo brasileiro:

O conceito de espaço é central e compreendido como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações que estão acontecendo e manifestam-se através de processos e funções. (SAQUET e SILVA, 2008, p. 07 *apud* SANTOS, p.122, 1978).

Desta forma, pode-se compreender as concepções do PBF ao realizar um paralelo como as famílias da Vila Guarujá com as da pesquisa de REGO e PINZIANI. Nota-se que, na primeira o benefício entra como uma complementação da renda familiar, uma vez que, possuem outra renda não tendo o PBF como renda principal. Entretanto, as famílias do Vale do Jequitinhonha e do Agreste Nordestino, só possuem esse mecanismo como fonte de renda sendo utilizada somente para alimentação e conseqüentemente, para a sua sobrevivência.

E verificando as similaridades com os dois espaços geográficos e os tipos de sociedades, perceber uma concordância em relação ao benefício: ambos considera insuficiente. No texto de REGO e PINZIANI aponta essa paridade:

De um modo geral, a aprovação do Programa por parte das beneficiadas é bastante grande, contudo, não deixam de ressaltar a insuficiência da renda recebida para a obtenção de mais melhorias na vida, ganhar mais liberdade na escolha dos bens de consumo. Reivindicam mais renda, diante da ausência quase absoluta de perspectiva de empregos regulares. Seu horizonte de expectativas é reduzido, simples. Apenas querem ter acesso a uma vida mais digna, habitações melhores do que seus miseráveis casebres, normalmente mal iluminados, mal ventilados e exíguos para abrigar toda a família. (REGO e PINZIANI; 2013 p. 27 - 28).

De modo que retomamos nesse ponto as ideias de PIRES, quando ele trata da ineficiência do Bolsa Família por ser condicionada e insuficiente o recurso fornecido. Da mesma forma que a condicionalidade da frequência escolar não o é suficiente para garantir a inserção do jovem no mercado de trabalho se o mesmo

formantido na escola, como também não é garantia de retirada das famílias pobres do estado de miserabilidade.

Por tanto, o PBF está mais ligado a um mecanismo que cria possibilidades de retirada desses indivíduos da atual situação que se encontram do que de fato um modelo de política pública social para total erradicação da miséria no País.

Como destaca REGO e PINZIANI no que tange a autonomia adquirida após a criação do PBF: *“Nossa hipótese fundamental repousa no fato de que a renda monetária, recebida através da bolsa família, pode criar e ampliar espaços pessoais de liberdade dos sujeitos, trazendo-lhes, conseqüentemente, mais possibilidades de autonomização da vida em geral.* (REGO e PINZIANI; 2013 p. 28)”.

Analisando os dois espaços geográficos, tanto a Vila Guarujá quando o Vale do Jequitinhonha e Agreste Nordestino, o PBF vem como um instrumento de possibilidades de transformação dessas famílias dependendo muito mais da própria sociedade, como ser modificador, do que do valor econômico empregado para transformação desses espaços geográficos.

Assim como PIRES, REGO e PINZIANI apresentam uma concepção semelhante de que o PBF ainda está longe de ser efetivo como um programa de política social, como demonstra em seu texto:

Por todas estas razões, a política de combate à fome e o Programa Bolsa Família podem ser vistos como reconhecimento pelo Estado da urgência política e moral, sem as quais sequer se pode falar em democracia seriamente. Os recursos empenhados ainda são muito pequenos, mas é o início de um processo social novo para os brasileiros, cuja magnitude e destino ainda são de difícil avaliação. (REGO e PINZIANI; 2013 p. 37).

Logo, percebe-se o PBF como um programa que garante à manutenção da vida e da garantia de acesso a escola, porem, não pode evidenciar que tenha obtido êxito em seus objetivos propostos na sua lei de criação.

A Escola Municipal Castro Alves vem tentando realizar, ao longo desses anos, um trabalho de melhoria na qualidade de vida e de inclusão social daquelas famílias, percebe-se que ainda é algo limitado, muitas vezes por falta de recursos e estrutura adequada para desenvolver trabalhos específicos, o que prejudica a qualidade do ensino aplicado. Mesmo assim essa instituição, como já foi citada em outras atividades anteriores, é um Oasis em meio a um deserto.

O trabalho ali realizado por toda aquela equipe é de fundamental importância para o desenvolvimento da comunidade e deve ser preservado e valorizado, pois todo conhecimento adquirido é agregado para a construção do processo de ensino aprendizagem do indivíduo.

Com relação à inclusão desses beneficiários no mercado de trabalho ainda é algo que se caminha a passos lentos. Poucos dos jovens que desde crianças são beneficiários do PBF, conseguiam um emprego formal e se estabeleceram perante a sociedade. Ainda há muitos jovens desempregados e envolvidos com a criminalidade e drogadição. O Bairro Vila Guarujá é considerado um dos mais violentos de Campo Mourão e o mais pobre também, é um dos bairros onde se concentra uma grande quantidade de beneficiários do programa, o qual possui crianças assíduas em sala de aula, ou seja, só a Transferência de Renda Condicionada em si não é o suficiente de garantia de melhoria de vida, e de tirar essas famílias de situação de pobreza.

Diante da constatação de nossas pesquisas apontamos, de forma sugestiva e deixando como meios de indagação de outras possibilidades de pesquisa, que o Programa torna-se ineficiente quando Condiciona somente a frequência escolar e não se preocupa como o ensino aplicado e na efetividade desse ensino na geração de emprego. Entendemos que o benefício é insuficiente para suprir as necessidades básicas dessas famílias e, ao em vez de aumentar o benefício, sugerimos desenvolver meios de investimento na geração de emprego nessas regiões consideradas mais pobres, viabilizando qualificação profissional possibilitando a esse pai ou essa mãe de família inclusão no mercado de trabalho recebendo salários dignos para sua sobrevivência e tirando crianças do trabalho infantil.

## **ANALISE DOS DADOS QUANTITATIVOS.**

A pesquisa foi realizada em duas etapas; na primeira foi feito um levantamento de dados da região das condições de saneamento e habitação em órgãos públicos locais.

A realização do levantamento feito na prefeitura da área estudada disponibilizou o mapa do local em estudo, com numeração das ruas, localização da creche, escola, igreja e numeração de alguns lotes. Na maioria dos lotes não havia

documentação em nome do proprietário que reside no mesmo, estando assim classificado como usucapião. Na segunda etapa, realizou-se o trabalho de campo no local de estudo. Foram feitas entrevistas com moradores e funcionários do posto de saúde, da creche e da escola existentes no bairro.

Durante a visita pode-se verificar a infraestrutura dos locais e as condições dos serviços de saneamento disponíveis para a população do bairro.

Durante o período de contato e vivência com as famílias foram avaliados os serviços disponibilizados aos moradores como: energia elétrica, telefone público, água tratada, transporte coletivo, transporte escolar, centro de educação infantil, ensino fundamental, campo de futebol para lazer, iluminação pública e coleta de lixo.

Para o levantamento dos dados quantitativos foram feitas entrevistas com parte das famílias da Vila Guarujá no período de 12 a 22 de agosto de 2016. Das 470 famílias moradoras do bairro, foram entrevistadas 50 famílias que responderam um questionário relacionado à sua situação socioeconômica e sobre sua satisfação com o atendimento dos serviços básico urbanos no bairro.

Para extrair as informações necessárias para a análise dessa pesquisa, foi elaborada catorze perguntas, sendo as sete primeiras relacionadas à situação econômica familiar e as demais, sobre a satisfação das famílias com relação aos serviços básicos urbanos no bairro. Lembrando que esse questionário foi elaborado para extrair somente as informações pertinentes a essa pesquisa conforme o referencial bibliográfico.

As entrevistas foram feitas com famílias de várias regiões do bairro a fim de realizar uma média geral dos dados a serem levantados.

**Mapa – 2. Mapa de Satélite de Campo Mourão em 2016.**



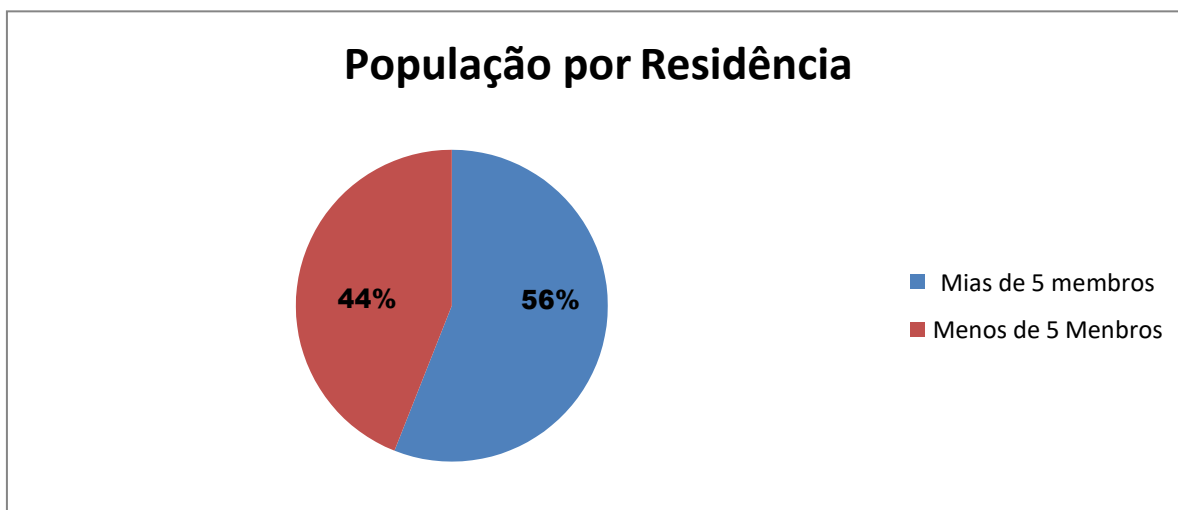
Fonte: Google Maps (2016)

Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/place/Campo+Mour%C3%A3o,+PR/@-24.0427725,-52.4612139,20221m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0x94ed751052cee71d:0x72e478adcc937cc6!8m2!3d-24.0436553!4d-52.3781098?hl=pt-BR>> Acesso em : 21/10/2016.

O mapa acima mostra, com marcadores vermelhos, as ruas que foram utilizadas para realizar as entrevistas.

A primeira pergunta foi sobre a quantidade de pessoas que residem na mesma residência. Neste caso 28 famílias possuem mais de 5 membros que residem na mesma casa, e 22 famílias com menos de 5 membros.

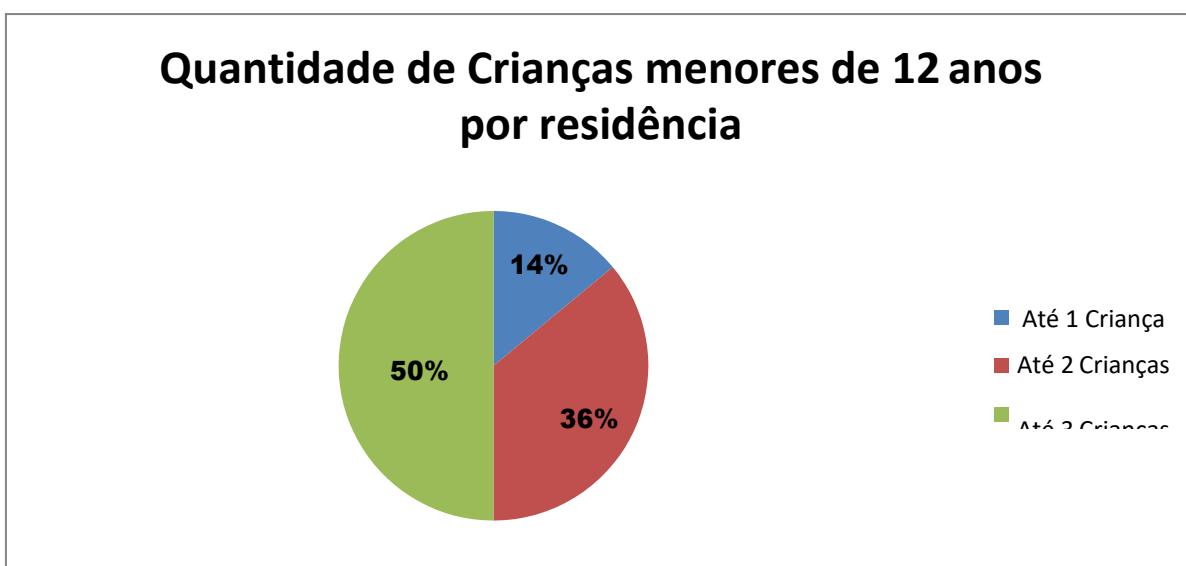
Gráfico - 1. Números de Pessoas por Residências.



Fonte: MARIANO (2016).

A segunda pergunta era sobre a quantidade de crianças menores de 12 anos na residência, das 50 entrevistadas todas possuem crianças nessa faixa etária sendo: 7 famílias possuem apenas 1 criança, 18 possuem até 2 crianças e 25 possuem até 3.

Gráfico - 2. Números de Crianças menores de 12 anos por Residências.

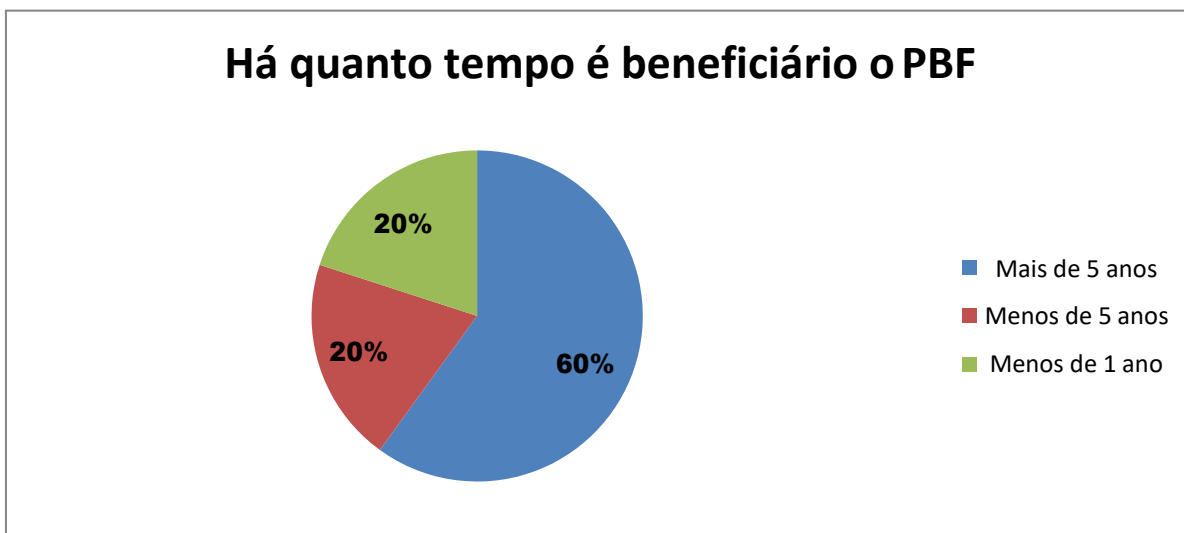


Fonte: MARIANO (2016).

Em seguida, foi perguntado há quanto tempo que a família era beneficiária do Programa Bolsa Família. Sendo que 30 famílias responderam mais de 5 anos,

10 famílias responderam menos de 5 anos e 10 famílias responderam menos de 1 anos.

**Gráfico - 3. Tempo que recebe o benefício.**



Fonte: MARIANO (2016).

A Próxima pergunta era para analisar a quantidade de adolescentes em idade ativa na região. Então foi perguntado sobre quantos jovens existentes na faixa etária de 14 a 17 anos que exercem atividade remunerada formal como Jovem

Aprendiz, e se havia adolescente nessa faixa etária na família. Das 50 famílias entrevistadas apenas 10 tinham jovens nessa idade, residindo com os demais membros. E desses 10 nenhum se ingressaram ainda no mercado de trabalho. E com relação aos jovens foi feita uma pergunta se alguns deles em situação ativa, já fizeram ou estão fazendo algum curso de qualificação ou profissionalizante. Das 10 famílias que disseram ter adolescentes entre 14 e 17 anos, apenas uma respondeu ter 1 jovem de 17 anos que possui um curso de informática.

**Gráfico - 4. Quantidade de Adolescentes entre 14 e 17 anos.**

### Quantidade de Jovens entre 14 e 17 anos por Residência

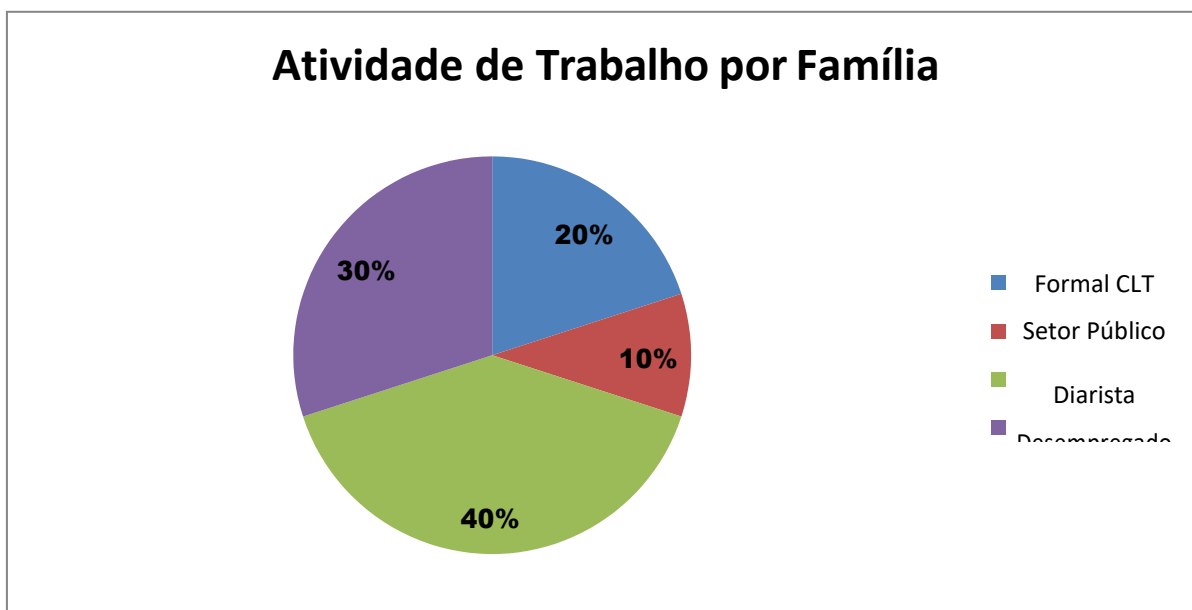


Fonte: MARIANO (2016).

Em seguida foi perguntado qual era a atividade de trabalho desenvolvida pela família. Das 50 famílias entrevistadas, 10 disseram desenvolver atividade remunerada formal, 20 trabalham como diaristas, 5 trabalham ligadas ao setor público com renda até um salário mínimo, e 15 famílias possuem membros em situação ativa para o mercado de trabalho, mas estão desempregados. Em todas as famílias entrevistadas, responderam que só há apenas um membro como provedor principal recebendo até um salário mínimo. Na maioria dos casos tendo o Pai como provedor principal, e a Mãe cuidam dos filhos e das tarefas domésticas. Nos casos em que a Mãe é o provedor principal, o Pai está desempregado.



Gráfico - 5. Atividade de Emprego em que trabalha por família.



Com relação às perguntas de satisfação dos serviços urbanos, foram feitas relacionadas em uma escala de 5 categorias: Excelente, Bom, Regular, Ruim e Péssimo. Os serviços elencados foram: fornecimento de Energia Elétrica, abastecimento de água tratada e saneamento básico, sobre o atendimento da escola municipal Castro Alves, sobre lazer, a comunicação e conectividade, transporte público, escolar e por fim, iluminação pública e coleta de lixo.

Com relação ao fornecimento de energia elétrica, 37 famílias responderam como regular e 13 famílias como bom.

Em relação ao abastecimento de água tratada e saneamento básico no bairro, 43 famílias disseram ser bom e 7 famílias como excelente.

Já com relação ao atendimento da Escola Municipal Castro Alves, a única do bairro, todos foram unânimes em responder como bom.

Entretanto, com relação a Lazer e se há no bairro praças recreativas, áreas esportivas no bairro e centros culturais, ficou da seguinte forma: 10 famílias consideram bom, 12 regular, 17 ruim e 11 péssimo. Sendo que, essas que responderam como bom é porque são famílias que possuem crianças e adolescentes que são ou foi aluno da Escola Castro Alves. Utilizam a quadra da escola como o único meio de lazer no bairro.

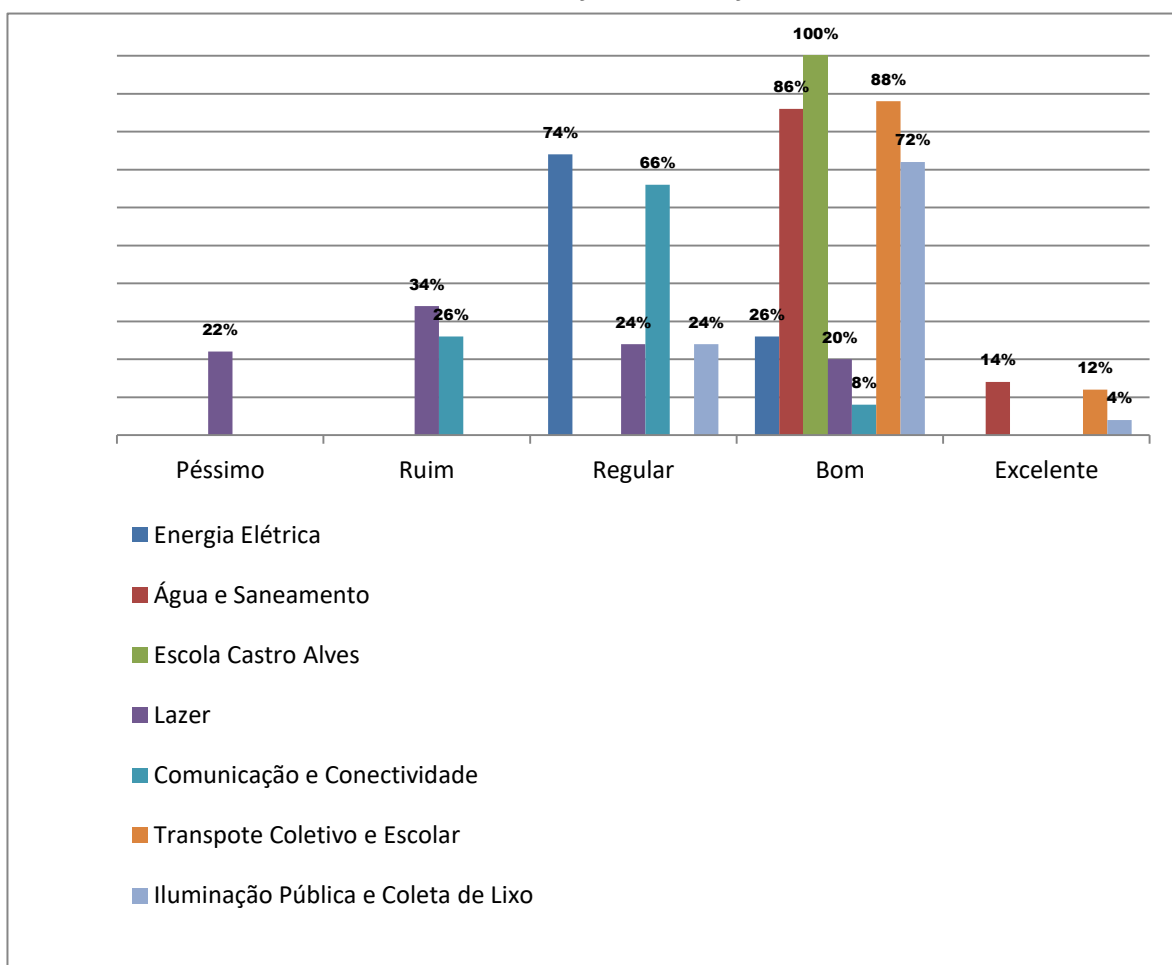
Com relação à comunicação e conectividade como: serviços de telefonia, internet Banda Larga e WIFI, serviços de correios e postagens, telefones públicos; 4 famílias responderam sendo bom, 33 regular e 13 ruim. Algumas queixaram do sinal de celular de algumas operadoras e o único orelhão que existe no bairro, está sempre com defeito.

Em relação ao transporte público e escolar, 6 famílias responderem sendo excelente e 44 como bom.

Com relação à iluminação pública e coleta de lixo, 2 famílias responderam como excelente 36 como bom e 12 como regular.

Essa tabela evidencia a proporção dos dados do grau de satisfação das 50 famílias entrevistadas com relação aos serviços públicos essenciais existentes no Bairro Vila Guarujá:

**Gráfico – 6. Tabela de Satisfação dos Serviços Essenciais.**



Fonte: MARIANO (2016).

Diante dos dados levantados podemos ter um panorama da realidade das famílias daquela localidade alvo de nossas pesquisas. Consegue-se demonstrar que na maioria das residências é consideravelmente populosa, e que na maioria das famílias apresentam uma quantidade expressiva de crianças.

Identifica-se que a maioria dessas famílias são beneficiárias do PBF praticamente desde a sua fundação, e que as crianças, que agora são jovens adolescente, passaram todo o período escolar exigido pela condicionalidade do programa usufruindo do benefício. Identificamos também que, a população de jovens no bairro é bem inferior em relação a população ao todo, o que nos remete a outro ponto de pesquisa a fim de procurar entender a falta de jovens no bairro. E podemos identificar que todos esses jovens foram ou ainda são beneficiários do programa ao longo de toda a sua infância. Contudo, observamos que nenhuma das famílias entrevistadas conseguiram inserir esses jovens no mercado de trabalho, e poucos se preocupam com a qualificação profissional.

A partir dos dados coletados podemos ter uma noção da realidade econômica da localidade. Percebe-se que a maioria da população encontra-se em situação de miserabilidade social, e em sua totalidade declararam trabalhar como diaristas ou estão desempregados, e a renda familiar não ultrapassa um salário mínimo tendo apenas um membro familiar como provedor principal.

Com relação aos serviços básicos urbanos, o serviço que houve mais queixas da população foi lazer e comunicação, considerados entre péssimo e regular.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante de todos o materiais levantado e após análise das pesquisas, entende-se que as políticas públicas sócias são postulados essências a fim de viabilizar a qualidade de vida dos cidadãos mais pobres e desfavorecidos em uma sociedade. Os programas sociais são instrumentos que colocam em prática essas políticas e contribuem para diminuir essa realidade.

Em nosso estudo, procuramos entender a necessidade da condicionalidade na transferência de renda do programa do governo federal, Bolsa Família, com o objetivo de definir a evasão escolar e os índices de pobreza no País. Analisando os

estudos de André Pires, evidencia-se um paralelo com a realidade da Comunidade Vila Guarujá e após pesquisas levantadas constata-se esses tópicos levantado por Pires.

No primeiro momento foi apresentado os objetivos do Programa Bolsa Família e colocado em destaque evidencias apontadas por Pires e analisando com a pesquisa in loco e os dados quantitativos levantados, pode-se observar que os objetivos iniciais do Programa Bolsa Família estão longe de serem atingidos. Pires aponta os principais objetivos do Programa que era: a erradicação do trabalho infantil, diminuição da evasão escolar, inversão do jovem no mercado de trabalho e erradicação da pobreza.

A partir dos dados levantados na Vila Guarujá contata-se que houve uma diminuição na evasão escolar, contudo, essa problemática não é o suficiente para diminuição do trabalho infantil e de inserção de jovens no mercado de trabalho, identifica-se também, há famílias que são beneficiárias do Programa desde sua criação e ainda continuam em estado de miserabilidade social.

Outra questão apontada por PIRES seria com relação ao valor da bolsa transferida para as famílias. Uma das indagações seria sobre a quantidade ser suficiente para manter uma família que se enquadre como beneficiária do Programa. Da mesma forma que REGO e PINZANI também questionam essa problemática e, como um fator de autonomia econômica, não se pode considerar como algo que garante a independência financeira, ficando limitada até um certo nível de pobreza.

Essa é outra evidência identificada em sua pesquisa, do valor ser pouco até mesmo como complementação de renda familiar, na Vila Guarujá não é diferente. Grande parte das famílias entrevistadas necessitam de outras fontes de renda para o seu sustento, em muitos casos alguns membros, como crianças menores de 14 anos e jovens precisam trabalhar de maneira informal para ajudar a complementar a renda familiar.

PIRES discute, também, a qualidade de ensino ofertada nas escolas públicas se isso não seria um agravante para manter as famílias beneficiárias na linha de pobreza. Em seu estudo Pires aponta que nas escolas onde a qualidade de ensino é considerada ineficiente, os jovens apresentam mais dificuldade de entrar no mercado de trabalho. Em relação as famílias da Vila Guarujá, todas consideram o ensino ofertado pela Escola Castro Alves como sendo de boa

qualidade, porém, os jovens maiores de 14 anos não conseguiram entrar no mercado de trabalho formal. Neste ponto de vista, entende-se que o ensino ofertado não influencia nessa questão, que no estudo aqui analisado uma das causas possíveis seria uma questão cultural do local e da distância do bairro em relação aos locais de trabalho da cidade.

Da mesma forma que REGO e PINZANI apresentam uma certa autonomia das mães em sua pesquisa, podemos evidenciar essas mesmas características na Vila Guarujá, entretanto os recursos são para complemento de renda. O nível de miserabilidade do Vale Jequitinhonha e Agreste Nordeste é maior.

Após análise das discussões dos autores com a pesquisa em questão e dos dados levantados, entende-se que o Programa Bolsa Família e a Condicionalidade da Frequência Escolar, foi importante para redução da evasão escolar no município de Campo Mourão. Contudo, a questão do trabalho infantil, a erradicação da pobreza e a inserção do jovem no mercado de trabalho é algo que ainda não se efetivou, conforme a pesquisa realizada no bairro Vila Guarujá. Acredita-se que um dos fatores que dificulta a inclusão desses jovens no mercado de trabalho seria pelo difícil acesso do bairro, por estar longe dos centros do comércio e indústria, por serem de menor e com pouca idade as famílias responsáveis teriam um certo receio em deixar seus filhos saírem de casa.

## REFERÊNCIAS

REIS, B.P.W. **Políticas públicas**. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, Classe Social e Status**. P 63 – 64. Zahar Editores. Rio de Janeiro. 1967.

BRASIL. Lei Nº 10.836 (2004). **Lei de Criação do Programa Bolsa Família**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 2004. 12 p.

PIRES. A. **Afinal, para que servem as condicionalidades em educação do Programa Bolsa Família?** Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 21, n. 80, p. 513-532, jul./set. 2013.

REGO, W.D.L.; PINZANI, A. **LIBERDADE, DINHEIRO E AUTONOMIA: O caso da Bolsa Família**. POLÍTICA & TRABALHO: Revista de Ciências Sociais, 38, Abril de 2013, pp. 21-42

SAQUET. M. A.; SILVA. S. S. **MILTON SANTOS**: concepções de geografia, espaço e território. ISSN 1981-9021 - Geo UERJ - Ano 10, v.2, n.18, 2º semestre de 2008. [WWW.geouerj.uerj.br/ojs](http://WWW.geouerj.uerj.br/ojs).